

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL E A PANDEMIA DE COVID-19

Vanessa Alves Ferreira¹.

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG.

<http://lattes.cnpq.br/5435628763922505>

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi analisar a segurança alimentar e nutricional no Brasil durante a pandemia de COVID-19 a partir de uma revisão da literatura nas principais bases de dados, incluindo: as bibliotecas eletrônicas BVS (MEDLINE, LILACS, IBECs e BDEFN) e SciELO. Os critérios para inclusão dos estudos foram: artigos publicados na íntegra nos últimos dois anos (2020 a 2022), em língua portuguesa, inglesa e espanhola no Brasil e no exterior. Foram utilizados os seguintes descritores: segurança alimentar e nutricional; insegurança alimentar; fome; pobreza. Após a seleção dos materiais bibliográficos, foi feita a leitura integral das obras onde se identificou as idéias centrais, os objetivos, a metodologia e os resultados. A amostra desta revisão foi constituída de 14 artigos que atenderam aos critérios de inclusão. Os resultados revelaram que os artigos convergem para o entendimento de que a pandemia não somente agravou a insegurança alimentar e nutricional dos grupos socialmente vulneráveis no Brasil, mas também incluiu novos grupos e atores, aumentando o contingente populacional em situações de escassez e fome no país. Deste modo, acreditamos ser necessário intensificar as políticas e programas de alimentação e nutrição no Brasil a fim de garantir o direito humano à alimentação adequada.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança alimentar e nutricional. COVID-19. Saúde Pública.

FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY IN BRAZIL AND THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT: The objective of this work was to analyze food and nutritional security in Brazil during the COVID-19 pandemic based on a literature review in the main databases, including: the VHL electronic libraries (MEDLINE, LILACS, IBECs and BDEFN) and SciELO. The criteria for inclusion of studies were: articles published in full in the last two years (2020 to 2022), in Portuguese, English and Spanish in Brazil and abroad. The following descriptors were used: food and nutritional security; food insecurity; hunger; poverty. After selecting the bibliographic materials, the works were read in full, identifying the central ideas, objectives, methodology and results. The sample for this review consisted of 14 articles that met the inclusion criteria. The results revealed that the articles converge on the

understanding that the pandemic not only worsened food and nutritional insecurity among socially vulnerable groups in Brazil, but also included new groups and actors, increasing the population contingent in situations of scarcity and hunger in the country. Therefore, we believe it is necessary to intensify food and nutrition policies and programs in Brazil in order to guarantee the human right to adequate food.

KEYWORDS: Food and nutritional security. COVID-19. Public health.

INTRODUÇÃO

O tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, resulta de extensa contribuição da sociedade civil e do governo brasileiro, contemplando múltiplas dimensões relacionadas a todo o ciclo do alimento e suas diversas relações e representações sociais ao longo das décadas. Diz respeito, a como uma sociedade organizada, por meio de políticas públicas, de responsabilidade do estado e da sociedade civil, pode e deve garantir o direito à alimentação aos seus cidadãos (CONSEA, 2010). O conceito de SAN está em permanente construção e a questão alimentar e nutricional está diretamente relacionada com os diferentes interesses sociais, culturais, políticos e econômicos da sociedade brasileira (Jaime, 2019).

A criação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) no ano de 2010, pode ser compreendida como um ápice da consolidação da SAN na agenda pública brasileira. Ações de garantia da SAN e enfrentamento da fome e da escassez de alimentos na população brasileira são também fortalecidas pela Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN (Brasil, 2012). Seu texto foi pioneiro em adotar como princípio a realização do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e ao incluir o conceito ampliado de SAN desenvolvido na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, de 1986 e na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 1994. Segundo Jaime (2019), a PNAN se apresenta como um potente elo de articulação entre a saúde e outros setores relacionados ao DHAA. O Direito Humano à Alimentação Adequada é indispensável para a sobrevivência humana (LEÃO et. al. (2013). A expressão DHAA tem sua origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1996, que destaca duas principais dimensões: a) o direito de estar livre da fome; b) o direito à alimentação adequada. No Brasil, o direito de todos à alimentação adequada e de estar livre da fome está assegurado entre os direitos sociais da Constituição Federal Brasileira, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 64, de 2010. Entretanto, o direito à alimentação adequada e o direito de estar livre da fome estão distantes da realidade de grupos socialmente vulneráveis no Brasil. Nesta direção, no início da década de 2000, 55 milhões de brasileiros viviam em situação de pobreza e 24 milhões em estado de extrema pobreza. Esse cenário revela as enormes desigualdades sociais existentes no país (BRASIL, 2010).

Recentemente, a crise sanitária mundial, como consequência, da pandemia pelo novo corona vírus (COVID-19), impactou a saúde das populações em todo o mundo, sobretudo na América Latina. De acordo com a OPAS (2020), a pandemia mudou a dinâmica desses países, que já apresentavam fragilidades relacionadas à garantia ao DHHA devido ao aumento das taxas de desemprego, na redução da renda e no aumento das situações de fome e pobreza. Ainda segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL (2020), antes mesmo da pandemia de COVID-19, grupos vulneráveis como as mulheres rurais e a população negra compunham os indicadores de pobreza e extrema pobreza no continente americano. A população indígena também foi atingida por tal situação, apresentando, no ano de 2019, taxa de pobreza de 46,7% e pobreza extrema de 17,3%. Este cenário de pobreza se intensificou com a pandemia, e em 2020, a projeção para a taxa de pobreza extrema foi 12,5% e 33,7% para pobreza, representando em números absolutos 209 milhões de pobres até o final do referido ano nesses países. Tais números têm influência direta no aumento da IA da população, visto que impactam no poder de compra dos alimentos e de todas as necessidades humanas básicas e essenciais (CEPAL, 2020). No Brasil, o primeiro caso de infecção pelo COVID-19, foi notificado em 26 de fevereiro de 2020. A pandemia acarretou em mais de 700 mil óbitos (BRASIL, 2024).

OBJETIVO

Analisar o impacto da pandemia pelo COVID-19 na Segurança Alimentar e Nutricional dos brasileiros a partir de uma revisão bibliográfica da literatura no período de 2020 a 2022.

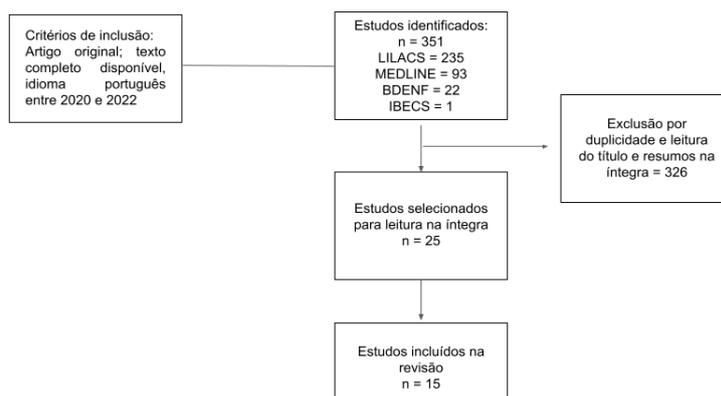
METODOLOGIA

O estudo utilizou a pesquisa bibliográfica a partir da análise de artigos científicos sobre o tema, produzidos no Brasil durante os últimos dois anos (2020 a 2022) em bases de dados virtuais. Os artigos foram pesquisados no banco de dados das bibliotecas eletrônicas BVS (MEDLINE, LILACS, IBECS e BDENF) e SciELO. Os critérios para inclusão dos estudos foram: artigos publicados na íntegra nos últimos dois anos (2020 a 2022), em língua portuguesa, inglesa e espanhola no Brasil e no exterior. Os critérios de exclusão foram: artigos não disponíveis na íntegra ou repetidos nas bases de dados. Foram utilizados os seguintes descritores em Ciência da Saúde (DeCS) da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS): segurança alimentar e nutricional; insegurança alimentar; fome; pobreza; Brasil. Após a seleção dos materiais bibliográficos, realizou-se a leitura seletiva dos resumos e, em seguida, a leitura analítica dos trabalhos. Foi feita a leitura integral das obras onde se identificou as ideias centrais, os objetivos, a metodologia e os resultados. E uma leitura interpretativa a fim de identificar se as obras atendiam aos objetivos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra desta revisão foi constituída de 15 artigos que atenderam aos critérios de inclusão. Dentre os artigos selecionados para este estudo, a maioria foram estudos nacionais, contabilizando 14 artigos e 1 estudo internacional. A figura 1, abaixo, ilustra essas etapas.

Figura 1: Etapas da revisão bibliográfica, 2021.



Fonte: próprio autor.

Os resultados revelaram um cenário alarmante de insegurança alimentar e nutricional no período analisado. Em dois anos, houve um aumento acentuado na proporção de IAN leve (de 20,7% a 34,7%) no Brasil (REDE PENSSAN, 2021). A PENSSAN (2021) verificou que o sucesso da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, alcançado até 2013, foi progressivamente revertido a partir de 2014, e teve um impulso negativo com o início da pandemia pelo covid19, em 2020. As famílias que solicitaram e receberam o auxílio emergencial do governo federal brasileiro coexistem com uma alta proporção de insegurança alimentar moderada ou grave (28%), o que enfatiza a grande vulnerabilidade desse grupo a situações de fome durante esse período.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020) constatou que o confinamento levou à redução da atividade econômica, o que ocasionou a incapacidade de gerar renda das famílias. Segundo a OPAS (2020) fica evidente que a pandemia aumentou a IAN das famílias, em especial das mais pobres e vulneráveis, afetando a qualidade e quantidade da alimentação desses grupos. Sambuichi et. al. (2020) dizem que, em países que possuem alta dependência de importação e exportação de insumos primários, são necessárias medidas preventivas como a ampliação de programas de proteção social, atendimento das necessidades alimentares imediatas de pessoas em situação vulnerável e redução dos custos relacionados ao comércio, com o intuito de evitar crises alimentares durante e após a pandemia.

FRUTUOSO et. al. (2021) corrobora com esta ideia ao afirmar que as recomendações de isolamento social deixam mais claro as desigualdades existentes, juntamente com a fome estrutural durante a pandemia. O fato de o isolamento social limitar o acesso à renda e aos alimentos, deixou aparente a IAN e a fome de uma parcela da população brasileira corroborando com o estudo de GUERRA et. al. (2021). Para estes autores, a instabilidade na garantia dos direitos sociais como o DHAA foi agravada pela pandemia. RIBEIRO-SILVA et. al. (2020) acreditam que as conseqüências da pandemia só serão dimensionadas a médio e longo prazo, podendo significar a intensificação da vulnerabilidade social. Segundo os autores, as medidas de isolamento interromperam inúmeras atividades econômicas, porém não houve medidas suficientes para amparar os trabalhadores, evidenciando a redução do acesso aos bens e serviços considerados essenciais (RIBEIRO-SILVA et. al., 2020).

Contrariamente, para GURGEL et. al. (2020), no contexto da pandemia pelo COVID-19, foram identificadas novas iniciativas governamentais e a adequação de políticas e estratégias já implementadas, que contribuíram para a SAN da população brasileira. Dentre as novas medidas, podemos citar: renda básica emergencial; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) estaduais e a doação emergencial de alimentos (estados e municípios). E sofreram adequações as seguintes medidas pré-existentes: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nacional, Programa Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada (BPC), distribuição de alimentos por meio dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (GURGEL et. al., 2020).

Particularmente o PAA, de acordo com SAMBUICHI et. al. (2020), pode ser executado com grande efetividade no combate à insegurança alimentar e nutricional, na pandemia, pois o mesmo fortaleceu a rede de assistência social e a rede de equipamentos de segurança alimentar e nutricionais por meio da doação de alimentos. Além disso, o PAA incentivou a diversificação produtiva e a melhoria na quantidade e qualidade dos alimentos para a população. O terceiro fator importante é que garantindo uma alimentação saudável, em especial no período de pandemia, a imunidade da população aumenta, diminuindo a procura pelos sistemas de saúde, reduzindo também as chances de contaminação (SAMBUICHI et. al., 2020). ALPINO et. al. (2020) pontuam que as ações realizadas pelo governo federal como maneira de diminuir os impactos da pandemia de COVID-19 foram medidas emergenciais que focalizaram principalmente, o acesso à renda e à alimentação. Contudo, a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada exige uma articulação intersetorial e não apenas medidas de contingência para atenuação da crise econômica e sanitária. O ideal seria implementar medidas de médio a longo prazo que possam garantir o direito constitucional à alimentação (ALPINO et. al., 2020).

ARAÚJO et. al. (2020) destacam que devemos enxergar a pandemia como uma janela de oportunidade para a manutenção da pauta das políticas e dos programas de acesso à alimentação no Brasil. Um ponto muito evidenciado nos artigos selecionados foi a importância de programas de alimentação e nutrição, especialmente o PNAE e o PAA

durante a crise sanitária. A este respeito, AMORIM et. al. (2020) sinalizam que o isolamento social evidenciou a necessidade de ampliar o acesso à alimentação na escola para além dos dias letivos pois, apesar de aumentar os gastos do PNAE, o programa possui alto potencial de efetividade na promoção da SAN entre crianças e adolescentes em todo o país. Assim, com o fechamento das escolas durante a pandemia, um número enorme de estudantes ficou sem acesso à alimentação básica e às refeições diárias que eram realizadas nas instituições, o que contribuiu ainda mais para as situações de IAN nesses grupos (GURGEL et. al., 2020). Cerca de 40 milhões de crianças e jovens ficaram sem acesso à essa fonte de alimentação, portanto o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação (MEC), autorizou a distribuição de alimentos adquiridos com recursos do PNAE diretamente aos pais ou responsáveis pelos estudantes das escolas públicas de educação básica (SILVA et. al., 2020). Esta nova logística garantiu o acesso à alimentação dos estudantes e de suas famílias em todas as regiões e áreas geográficas do país evidenciando a capilaridade e abrangência do PNAE no país.

O mesmo pode ser observado com relação ao PAA. O programa revelou ser estratégico para o enfrentamento dos efeitos negativos da COVID-19. No momento de crise, o PAA permitiu a estruturação das cadeias produtivas, o acesso a novos mercados e a indução ao dinamismo econômico, além de atuar no combate à fome e à miséria de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade através do direcionamento dos produtos da agricultura familiar (SAMBUICHI et. al. 2020). O programa não só apresentou condições de operacionalização durante a pandemia da COVID-19, como tem se adaptado à realidade atual, seguindo protocolos estabelecidos pelas autoridades sanitárias. Concluiu-se que o PAA, pode minimizar as crises sanitárias e econômicas, principalmente para a população mais vulnerável, apresentando ações que vão ao encontro das demandas da sociedade civil organizada e das recomendações de organismos nacionais e internacionais especializados, visando à redução dos impactos econômicos e sociais da pandemia causada pelo novo coronavírus (SAMBUICHI et. al. 2020).

Neste contexto, vale ressaltar que a Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNaN (BRASIL, 2010) se destaca como uma importante ferramenta intersetorial para a promoção da alimentação adequada e saudável e à garantia da segurança alimentar e nutricional no país. Além disso, o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014) se apresenta como um instrumento estratégico de apoio às ações de educação alimentar e nutricional na atenção básica de saúde (Machado et al, 2021), porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), cuja atenção à saúde se dá de forma articulada e integrada por intermédio das Redes de Atenção à Saúde (RASs). Deste modo, o SUS tem capacidade de atuar como um potencializador de ações individuais, coletivas e institucionais para promover uma alimentação saudável e sustentável (Machado et al, 2021) em momentos críticos.

Vale ressaltar, que durante a crise sanitária pelo COVID-19 no país, a sociedade civil organizada, contribuiu para o enfrentamento emergencial da fome com a realização de iniciativas de apoio e articulação comunitária, gestão coletiva, solidariedade e

compartilhamento de alimentos (FRUTUOSO E VIANA, 2021). Destacamos aqui o empenho da Central Única das Favelas – CUFA, organização não governamental fundada em 1999, por jovens da comunidade “Cidade de Deus”, na área metropolitana do Rio de Janeiro hoje presente em todos os estados brasileiros e também em mais de 15 países. A CUFA investe em políticas sociais, culturais e cursos de formação profissional por meio de parcerias e contratos com o estado, fundações e empresas privadas. E tem contribuído para a captação e distribuição de cestas de alimentos a famílias vulneráveis nos estados brasileiros em situações emergenciais (CUFA, 2021).

A pandemia causada pelo COVID-19 trouxe à tona mais intensamente os problemas relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional, especialmente para aqueles que estavam em situação de pobreza e exclusão social, sendo um fator importante para o aumento da fome e IAN no país. Foram observadas medidas governamentais na tentativa de minimizar a IAN, porém as mesmas não foram suficientes para garantir o acesso à alimentação adequada e saudável para uma boa parcela da população brasileira. Neste cenário, verificamos o acirramento das desigualdades sociais no país com a violação dos direitos básicos dos cidadãos e a falta de estrutura de ações que efetivamente garantissem o acesso à alimentação adequada a todos os brasileiros. Lamentavelmente, os resultados evidenciaram a piora dos indicadores de SAN no Brasil e o aumento da vulnerabilidade à pobreza, a escassez e a fome no país durante o período analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica sobre o tema da SAN no contexto da pandemia pelo COVID19 no Brasil revelou que a pandemia não somente agravou a insegurança alimentar e nutricional dos grupos socialmente vulneráveis no país, mas também incluiu novos grupos, aumentando o contingente populacional em situações de escassez e fome no Brasil. E, que os programas de alimentação e nutrição tais como o PNAE e o PAA apresentam enorme capilaridade e abrangência sendo medidas efetivas para ampliar o acesso aos alimentos em momentos de crise sanitária. Além disso, a nosso ver medidas intersetoriais e articuladas devem ser intensificadas a fim de garantir o direito humano à alimentação adequada dos brasileiros durante a pandemia pelo COVID-19 no país com destaque para as ações preconizadas pela Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN (BRASIL, 2012).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPINO, T.M. *et al.* COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do governo federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cad Saúde Pública** [online]., Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, p. e00161320, set, 2020.

AMORIM, A.L. *et al.* Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Rev Administração Pública** [online].

São Paulo, v. 54, n.4, p. 1134-1145, ago, 2020.

ARAÚJO, F.R. *et al.* Gestão das ações de segurança alimentar frente à pandemia pela COVID-19. **Rev de Administração Pública** [online], São Paulo, v. 54, n. 4, p. 1123-1133, ago, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA. Brasília, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://aps.saude.gov.br/politicas/pnan>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://aps.saude.gov.br/politicas/pnan>>.

BRASIL. PAINEL CORONAVIRUS. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/.2024>

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL), Panorama Social da América Latina 2020, (LC/PUB.2021/3-P), Santiago, 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46784/1/S2000967_pt.pdf

CONSEA. Contribuição das instituições de ensino superior para a segurança alimentar e nutricional em Minas Gerais. Consea, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Estadual/IV%20PLANO%20ESTADUAL%20DE%20SEGURAN%C3%87A%20ALIMENTAR_MG.pdf>.

CUFA. Central Única das Favelas – Brasil. Disponível em: < <https://www.cufa.org.br/>>.

FRUTUOSO M.F.P. *et al.* Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação – uma discussão necessária em tempos de pandemia. **Interface**, Rio de Janeiro, v.25, pe200256, Botucatu, 2021.

GUERRA, L.D.S. *et al.* Da fome à palatabilidade estéril: ‘espessando’ ou ‘diluindo’ o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil?. **Saúde em Debate** [online]. , Rio de Janeiro, v. 44, n. 127, p. 1231-1245, out-dez, 2020.

GURGEL, AM. *et al.* Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 4945-4956, 2020.

JAIME, P.C. **Histórico das Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição no Brasil**. In: Jaime, PC (org). Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019: 11-20p.

LEÃO M.M.. **O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH; 2013.

MACHADO, A.D. *et al.* O papel do Sistema Único de Saúde no combate à sindemia global

e no desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], Rio de Janeiro, v.26, n.10, p. 4511-4518, 2021.

OPAS, FAO, FIDA, PMA e UNICEF. 2021. Versão resumida de Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe 2020 – Segurança alimentar e nutricional para os territórios mais atrasados. Santiago. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/53264>.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.

RIBEIRO-SILVA, R.C. *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]., Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

SAMBUICHI, R.H.R. *et. al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Instrumento de dinamismo econômico, combate à pobreza e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em tempos de COVID-19. Brasília: Ipea, 2020;

SILVA, E.R. *et al.* Proteção de crianças e adolescentes no contexto da pandemia da COVID-19: consequências e medidas necessárias para o enfrentamento. Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. Brasília, 2020.